



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 05 de março de 2013

AUDIÊNCIA

**Estado e Município deverão
implantar abrigos a famílias**

Por Juliana Moura

Nesta última segunda-feira, 4, o **Ministério Público Estadual (MPE)** realizou audiência para cobrar do Estado e do Município providências quanto à implantação de casas lares de família acolhedora, para o atendimento de crianças e adolescentes que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade. O **MPE**, diante de uma ação civil, estabeleceu que os órgãos têm até o dia 5 de abril para fazer a criação desses locais.

Segundo a **promotora** que está à frente da ação, **Maria Rita**, ainda não existe em Sergipe e nem em Aracaju nenhuma casa lar de família acolhedora. O que se tem, até o momento, são entidades de atendimento institucional, os conhecidos abrigos.

“Os abrigos não se encaixam mais à realidade do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), onde diz que quando uma criança ou adolescente está em situação de risco ela deve ser encaminhada para as casas lares de família acolhedora. E essas entidades existentes, já são consideradas antigas e não atendem mais as diretrizes do ECA, que vem solicitando as adequações há 20 anos”, explica.

Ainda de acordo com a promotora, o **MPE** está realizando audiências para tentar mudar essa realidade no Estado e na capital sergipana. “Estamos avaliando a situação dos abrigos que já existem e para cobrar dos órgãos umas mudanças. Na última audiência foi feito um acordo, para que o Estado e o Município adaptem os abrigos para que eles passem a ser casas lares de família. E eles têm que cumprir o prazo que foi dado para isso”, afirma.

• Entidades

Algumas entidades, que já funcionam tanto em Sergipe quanto na capital, segundo Maria Rita, já foram selecionadas para que recebam

mudanças e virem, de fato, as casas lares de família acolhedora.

“A capital precisa de cinco casas lares e de acordo com o ECA, cada lar pode ter no máximo cinco crianças e adolescentes. Em Aracaju, não tinha um abrigo para atender as meninas que precisam de acolhimento, mas dois já estão sendo criados. Então, esses locais vão continuar funcionando e paralelamente os órgãos precisam fazer os ajustes para que os abrigos mudem para as casas lares”, disse.

E a promotora completa dizendo que desde 2007 o MPE vem conversando com os órgãos responsáveis para a implantação das casas. “Extrajudicialmente estamos conversando desde 2007. Mas com a ação, agora os órgãos serão obrigados a fazerem as mudanças dos abrigos para as casas lares”, informa Maria Rita.

As crianças e os adolescentes são acolhidos quando há algum problema no núcleo familiar ou quando elas são vítimas de violência, abuso ou qualquer tipo de maus tratos. Os meninos e meninas só são encaminhados a esses lares quando eles não têm família extensa, como tia ou avós, por exemplo.

• Secretaria

De acordo com Cristiane Ferreira, coordenadora de Planejamento e Gestão do Sistema Único da Assistência Social (Coplán / SUAS) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc), as verbas serão repassadas a três entidades, como foi acordado em última audiência. “Sabemos que precisamos fazer essa implantação das casas lares e que temos prazo para isso porque é uma decisão judicial. Vamos fazer o repasse das verbas, como combinado, e nossa expectativa é de que agora em março a gente consiga começar a fazer as adequações dos abrigos”, afirma.